



PROFEPT

MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL
Brasília

GUIA ORIENTATIVO PARA INSERÇÃO DA AUTOGESTÃO DO TRABALHO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO TEMAS QUE REFORÇAM O TRABALHO ENQUANTO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EPT

UMA PROPOSTA DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Rafael Rodrigues de Sousa Frois
Profa. Dra. Keila Lima Sanches





APRESENTAÇÃO

Este guia é um produto educacional desenvolvido como requisito para conclusão do curso de Mestrado Profissional em Ensino do Instituto de Federal Brasília – IFB, pelo ProfEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica.

O objetivo desse guia é viabilizar a inserção das temáticas de autogestão do trabalho, cooperativismo e economia solidária nos currículos dos cursos de EPT, assim como fomentar a adoção da autogestão do trabalho enquanto princípio educativo na Rede Federal de Educação para o alcance de uma educação omnilateral.

Este guia está estruturado em tópicos, os quais exploram, dentre outros temas, o conceito de trabalho humano e sua história, a relação entre trabalho e educação, a abordagem cooperativa e autogestionária de trabalho e as possibilidades trazidas por esta temática para a EPT.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
O QUE É TRABALHO?.....	6
LINHA TEMPORAL DO TRABALHO HUMANO.....	9
CONFIGURAÇÕES DE TRABALHO.....	10
NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO DO SÉC. XXI.....	15
QUAL A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO?.....	17
AUTOGESTÃO DO TRABALHO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	21
O QUE É AUTOGESTÃO DO TRABALHO?.....	25
O QUE É COOPERATIVISMO?.....	27
CAPITALISMO X COOPERATIVISMO.....	32
O QUE É ECONOMIA SOLIDÁRIA?.....	33
A AUTOGESTÃO DO TRABALHO PODE SER USADA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EPT?.....	36
COMO SE ESTRUTURA O COOPERATIVISMO NO MUNDO HOJE?.....	39
EXEMPLOS DO COOPERATIVISMO NO MUNDO.....	40
QUANTITATIVOS DO COOPERATIVISMO NO BRASIL	41
EMPRESAS RECUPERADAS POR TRABALHADORES – ERTs NO BRASIL	42
ERT BRASILEIRA: O EXEMPLO DA FLASKÔ.....	44
COOPERATIVISMO DE PLATAFORMA.....	45
EXTENSÃO ACADÊMICA.....	46
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO.....	50
COMO IMPLEMENTAR A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO.....	52
ITINERÁRIO RECOMENDADO PARA A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO.....	56
COMO AFERIR A EFETIVIDADE DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS?.....	60
PROCESSO DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO DO IFSC.....	63
POSSIBILIDADES DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO ATRAVÉS DE ATIVIDADES DE INCUBAÇÃO.....	64
O QUE É A INCUBADORA OU NÚCLEO DE INCUBAÇÃO?.....	65
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES PARA INSERIR O COOPERATIVISMO NOS PPCs.....	66
ESTUDO DE LEVANTAMENTO DA REALIDADE LOCAL DAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	67
PROCESSO DE INCUBAÇÃO.....	69
RECICLAGEM DE EMPREENDIMENTOS.....	70
REALIZAÇÃO DE OFICINAS, MINICURSOS, MESA REDONDAS E OUTRAS ESTRATÉGIAS FORMATIVAS.....	72
REFERÊNCIAS.....	73
CONTATO.....	76



INTRODUÇÃO

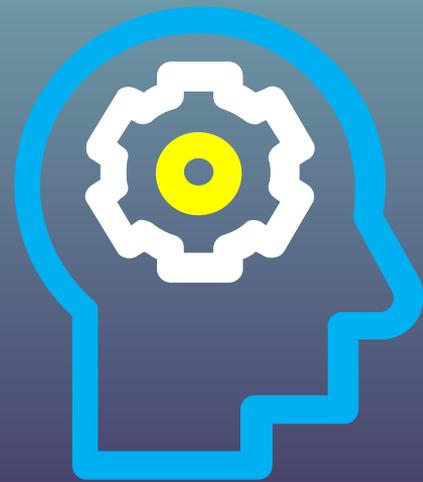


As recentes configurações laborais obrigam os trabalhadores das mais diversas áreas a se submeterem a condições cada vez mais precárias para obterem seu sustento.

Este contexto foi agravado após a crise econômica mundial de 2008, a qual para Antunes (2013) teve como resposta um novo período dentro do neoliberalismo, que aprofundou a flexibilização do trabalho, reduzindo a seguridade social dos trabalhadores de diversos países a níveis alarmantes, criando a chamada Uberização do trabalho, uma realidade atual para grande parcela das pessoas que vivem do próprio trabalho.

A necessidade de organização dos trabalhadores para que estes tornem-se força política e social é uma demanda urgente. Gadotti (2001) destaca que o papel da EPT - Educação Profissional e Tecnológica torna-se fundamental nesta conjuntura, pois ao qualificar o trabalhador para a atividade profissional também pode conscientizá-lo de seu papel coletivo.

Segundo Guerra (2008), um princípio pedagógico promissor para o alcance desta necessidade é a autogestão do trabalho, que ao operar por meio do cooperativismo ou demais empreendimentos de Economia Solidária - ES, cria uma alternativa de organização capaz de mobilizar e conscientizar os trabalhadores acerca dos processos produtivos e contradições da sociedade.



O QUE É TRABALHO?



CONCEITO DE TRABALHO

De acordo com Marx e Engels (1984), trabalho é a maneira pela qual a espécie humana intervém na natureza, a fim de **produzir** sua existência e, dessa forma, a modifica, sendo também modificada por ela.

Os autores destacam que através do trabalho o humano exercita sua inteligência e suas diversas capacidades, a fim de transformar a natureza em elementos proveitosos para sua existência.



Segundo Saviani (2007), ao contrário dos animais, que se adaptam à natureza para sobreviver, o humano ajusta a natureza de acordo com suas necessidades. Esta maneira de agir sobre a natureza denomina-se trabalho e constitui a essência do ser humano. Dessa forma, a vida humana é definida pela maneira com que os indivíduos executam seu trabalho.

Contudo, o autor ressalta que a forma de produzir a vida, o trabalho, depende diretamente das condições materiais em que os humanos se encontram. Condições que foram e continuam sendo modificadas processualmente pela espécie humana ao longo de sua história.



LINHA TEMPORAL DO TRABALHO HUMANO

4.4mi a 8.000 a. C

Sociedades Tribais

Coleta e caça
Surgimento da agricultura e pecuária
Surgimento da escravidão



Séc.V a XV

Feudalismo

Redução das populações
Surgimento do latifúndio
Trabalho de Servidão no campo
Artesanato nas cidades



Séc XV a XIX

Colonialismo

Ampliação do trabalho escravo
Produtividade exponencial
Relação Metr pole-col nia

Séc. XVIII

Capitalismo

Trabalho assalariado
Trabalho alienado
Crises cíclicas
Exército industrial de reserva
Lucro > demandas sociais



3.500 a.C

União de Tribos

Surgimento das cidades
Propriedade privada
Propriedade comunal



Séc.XIX

Cooperativismo

Rochdale, Manchester - ING
Trabalho Associado
Prioridade: demandas sociais



CONFIGURAÇÕES DE TRABALHO



TRABALHO ESCRAVO



Formato de trabalho que opera sob a completa restrição de direitos e liberdades individuais e coletivas dos trabalhadores. Utilizado essencialmente nas colônias americanas, dentre os séculos XV e XIX, apesar de atualmente ser ilegal, ainda ocorre em vários pontos do Brasil, principalmente em regiões com pouca fiscalização das condições de trabalho, conforme relata Figueira (2000).

TRABALHO ASSALARIADO



Formato de trabalho característico do modo de produção capitalista, no qual, de acordo com Marx (2011), o trabalhador vende sua força de trabalho por um valor pré-estabelecido, a ser pago pelo proprietário de um empreendimento em troca de determinada produção e/ou período de trabalho. Nesta configuração laboral o trabalhador não determina seu ritmo ou resultado de produção.

TRABALHO AUTÔNOMO OU INFORMAL



Formato de trabalho no qual o trabalhador não possui vínculo empregatício e vende sua força de trabalho de maneira informal ou por contratos que não gerem vínculos.

Ainda que por vezes dependa indiretamente do assalariamento de quem o contrata, o trabalhador autônomo não possui renda fixa e previsível, ficando à mercê das flutuações de demandas dos serviços que presta ou produtos que confecciona (JACKOBSEN, 2000).



TRABALHO COOPERATIVO AUTOGESTIONÁRIO

Conforme ressalta Singer (2002), neste formato de trabalho o empreendimento laboral é gerido coletiva e democraticamente pelos trabalhadores, de forma associada.

Nesta forma organizativa os trabalhadores possuem maiores possibilidades de controle de ritmo e resultado de sua produção, assim como da distribuição da riqueza produzida.

NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SÉC.XXI



Os avanços tecnológicos sempre trouxeram mudanças nas relações de trabalho. No período atual, o trabalho remoto, o teletrabalho, as terceirizações e demais arranjos têm sido intensificados a fim de se aprofundar a flexibilização das relações de trabalho.

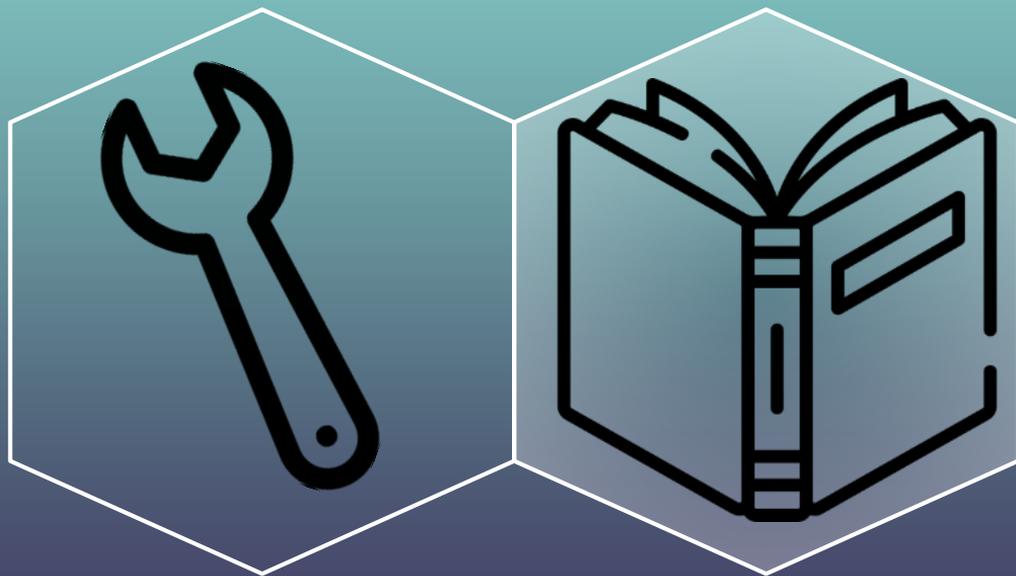


Tal modelo se caracteriza pela falta da formalização do trabalho e ausência de direitos trabalhistas. Porém, é uma relação que submete o trabalhador às normas das empresas, desconfigurando a autonomia do trabalho, gerando um assalariamento indireto.

Um dos maiores exemplos destas novas relações é o chamado “Capitalismo de Plataforma”, o qual, de acordo com Antunes e Filgueiras (2020) organiza diversas formas de prestação de serviço, como transporte de pessoas e entrega de alimentos, por meio de plataformas digitais e aplicativos.



QUAL A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO?



Para Saviani (2007), à medida em que os humanos produziam seu trabalho aprendiam também a produzir sua existência e construíaam este aprendizado entre si, ensinando também às gerações futuras. O trabalho, portanto, constituiu a primeira forma de educar da espécie humana



Apenas a espécie humana trabalha e educa, relação que para Ciavatta (2009), foi a responsável ao longo da história pelo desenvolvimento integral das potencialidades desta espécie. Portanto, o trabalho em seu sentido ontológico, ou seja, que possui relação íntima com a natureza humana, é capaz de educar de forma humanizadora, de maneira a tornar o ser humano de fato humano.



De acordo com De Decca (1985), enquanto produzia sua sobrevivência e existência na natureza, o humano produzia também os conhecimentos acerca de tais formas de sobreviver e existir.

Conhecimentos que iam sendo passados às gerações seguintes, aprofundados e complexificados, dando luz às novas formas de produzir e existir. Conseqüentemente, tal processo foi criando novos modos de produção e de educação.



Portanto, para o humano,
**O TRABALHO É UM
PRINCÍPIO EDUCATIVO,**

uma vez que, por meio do trabalho, a espécie humana cria seus conhecimentos e também os ensina, desenvolvendo as suas diversas potencialidades.



AUTOGESTÃO DO TRABALHO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

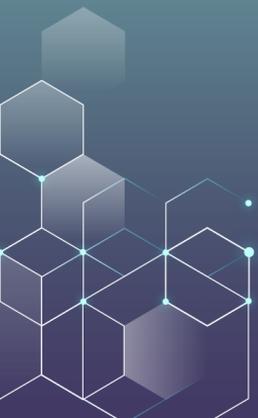
A partir de suas condições materiais de produção, o humano organizou seu trabalho de diversas formas ao longo da história, para atender às demandas de cada sociedade.

Conforme ressalta Marx e Engels (1984), desde o surgimento das sociedades primitivas, nas quais o trabalho era realizado através da caça, pesca e coleta, passando pelo surgimento da agricultura e pecuária, até a revolução industrial do séc.XVIII, na qual o trabalho manual foi transmitido para as máquinas, uma longa jornada se passou na história do trabalho humano.





Nesta história, que segue seu curso, sendo influenciada pela ação humana a partir das circunstâncias concretas em que se encontra, o presente capítulo demanda atenção, pois as condições em que se deparam as pessoas que vivem do próprio trabalho vêm se precarizando.



A exemplo disso, Antunes e Filgueiras (2020) destacam que após a crise econômica mundial de 2008 diversos países têm aplicado em suas economias um receituário de redução de direitos trabalhistas, cortes salariais e flexibilização do trabalho, uma condição que em linhas gerais aumenta as cargas horárias laborais juntamente de suas demandas.

Tal situação, de acordo com os autores, vem aumentando os lucros de determinados grupos econômicos e ampliando a exploração do trabalho em geral, num processo denominado Uberização do trabalho, termo este que se refere ao modelo de gestão da empresa UBER, pioneira neste formato laboral sem vínculos trabalhistas.



Para Antunes (2013), esta relação vem se reificando de tal maneira a ponto do trabalhador se compreender enquanto empresário de si próprio, pois não possui vínculo de trabalho, apesar de depender do assalariamento de maneira indireta e sem garantias.



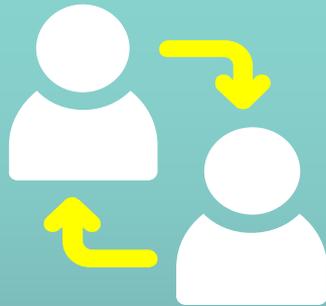
Tendo em vista a superação de cenários de desemprego e desestruturação laboral, uma proposta levantada por Singer (2003) é a autogestão do trabalho, um formato no qual os próprios trabalhadores realizam a gestão de suas forças produtivas, e que, ao contrário do trabalho convencional assalariado, o modelo de labor provém da livre associação dos trabalhadores, tornando estes sócios.



O QUE É AUTOGESTÃO DO TRABALHO?

Conforme aponta Gaiger (1999), ao contrário do formato tradicional de TRABALHO ASSALARIADO, a Autogestão do trabalho compreende um formato produtivo no qual os trabalhadores operam enquanto sócios, passando a organizar por meio de assembleias e consensos o ritmo de produção, formato de partilha da arrecadação, especificidades de cargos e funções, controle contábil e demais atribuições relativas ao empreendimento laboral.





Segundo Singer (2003), nesta forma de administrar o trabalho, os membros associados produzem de acordo com suas próprias demandas e decisões, compreendem todas as etapas dos processos produtivos e suas complexidades, o que torna este modelo laboral uma ferramenta pedagógica interessante para a assimilação das estruturas do mundo do trabalho pelos trabalhadores



O QUE É COOPERATIVISMO?

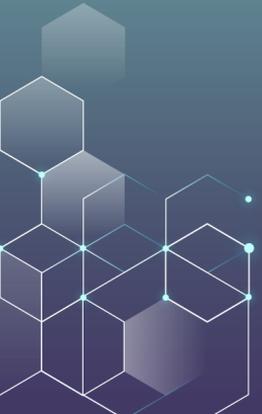
Desde seus primórdios a espécie humana se desenvolveu através da união de indivíduos e sua cooperação mútua, o que para Harari (2014) ocorreu para atender às próprias necessidades da sobrevivência e progresso da humanidade.

A cooperação é, portanto, um elemento fundamental da espécie humana. Contudo, com o desenvolvimento das forças produtivas e suas especificidades, as configurações sociais foram se modificando e o elemento cooperativo colocado em plano secundário.



De acordo com Singer (2004), na sociedade capitalista moderna o incentivo à competição e individualidade tomam posição central, substituindo valores até então essenciais ao progresso humano, como a cooperação e o atendimento às demandas sociais através do trabalho.

Entretanto, as contradições deste modo de produção trouxeram à tona de volta a necessidade de cooperação entre os humanos, para a superação de diversos obstáculos.





Costa (2000) demonstra este fenômeno ao exemplificar que durante o séc.XIX na Inglaterra, em um período no qual a revolução industrial gerou um grande salto de produtividade aliado ao crescimento do desemprego e precarização das condições de vida dos trabalhadores, um grupo de tecelões desempregados, preocupados com as condições adversas em que se encontravam as massas proletárias, resolveram criar um empreendimento distinto dos convencionais daquele período.

COOPERATIVA DE ROCHDALE



Clique na imagem para acessar o filme “Os Pioneiros de Rochdale”



Desde este período, a organização dos trabalhadores em torno do atendimento de suas necessidades, seja através de associações, sindicatos e demais entidades, busca a superação das dificuldades a que são submetidas as pessoas que vivem do próprio trabalho.

Tal ação demonstra a importância da união e organização conjunta destes indivíduos para sua subsistência e emancipação, tendo como forma de operação do trabalho, ou seja, de produção de sua existência, o trabalho cooperativo. Este formato traz consigo valores de solidariedade, respeito mútuo, justiça social e emancipação.

CAPITALISMO



Trabalho alienado



Pagamento por salário



Hierarquia no ambiente de trabalho -
Heterogestão



Responsabilidade individual



Controle da produção, carga horária e
contabilidade pelo proprietário



Divisão do trabalho manual e intelectual



COOPERATIVISMO



Trabalho associado



Pagamento pelo “saldo” ou “sobra”



Igualdade no ambiente de trabalho –
Autogestão



Responsabilidade coletiva



Controle da produção, carga horária e
contabilidade pelos trabalhadores
associados



Maiores possibilidades de trabalho integral

O QUE É ECONOMIA SOLIDÁRIA?



Singer (2002) elucida que a ES – Economia Solidária configura-se por organizar a produção, comércio e consumo de bens e serviços sob o trabalho cooperativo e autogestionário, visando o atendimento às diversas necessidades das pessoas envolvidas em tal processo.

Para o autor, este formato econômico considera os sujeitos envolvidos neste processo enquanto iguais e, portanto, com mesma responsabilidade e participação no modo produtivo.



O surgimento da ES coincide com o do cooperativismo inglês do séc XIX, sob o qual trabalhadores operavam cooperativas a fim de subsistirem frente às dificuldades impostas pelo modo de produção capitalista.

Segundo Guerra (2008), no Brasil o surgimento da organização da ES data dos anos 1980 a 1990, período no qual robustas políticas econômicas neoliberais ampliaram as concentrações de renda e precarizaram a situação de vida das massas trabalhadoras mundo afora.

A organização da ES no Brasil se iniciou com ações de um movimento social, que empregou idéias para gerar trabalho e renda em uma comunidade carente do Rio de Janeiro, através do trabalho cooperativo.

Tal iniciativa gerou resultados relevantes à comunidade, fato que interessou pesquisadores da UFRJ, que devido a tal situação construíram um departamento para compreender e fomentar tais empreendimentos em outras localidades. Dessa forma foi criada a primeira ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Brasil.



A AUTOGESTÃO DO TRABALHO PODE SER UTILIZADA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EPT?

Apesar do trabalho ser um **princípio** para a educação na EPT, de maneira geral, diferentes formas de organizar o trabalho, além do trabalho assalariado, não são abordadas nos cursos.



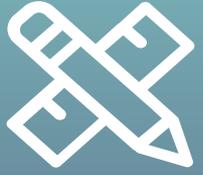
Como outro princípio da EPT é o alcance da omnilateralidade, formação integral humana em todas as suas potencialidades, o ensino do trabalho autogestionário, enquanto prática curricular, pode viabilizar a efetivação de tal princípio, pois esta configuração laboral possibilita a união entre trabalho manual e intelectual, que se demonstra cindida no trabalho assalariado convencional e influencia as demais relações sociais.



Dessa forma, algumas possibilidades de aplicação do trabalho autogestionário, cooperativo e de economia solidária podem ser construídas nos diversos cursos da EPT, utilizando-se para tanto a curricularização da extensão.



O TRABALHO COOPERATIVO É PEDAGÓGICO, POIS...



...ensina os trabalhadores a PRODUZIREM de modo associado

...desenvolve nos trabalhadores a gestão democrática e responsabilidade

...obriga o mercado a ceder melhores condições de trabalho

SINGER, 2002



COMO SE ESTRUTURA O COOPERATIVISMO NO MUNDO ATUALMENTE?

A world map in shades of blue and teal, overlaid with a network of white lines and circular nodes of varying sizes, representing a global cooperative structure. The nodes are distributed across all continents, with a higher density in North America and Europe.

Existem cerca de **3 milhões** de cooperativas em **150** países

280 milhões de empregos (**10%** do mercado formal mundial)

(Anuário do Cooperativismo brasileiro, 2021)

EXEMPLOS DO COOPERATIVISMO NO MUNDO

 Clique nas bandeiras
para acessar os vídeos



MONDRAGÓN, ESPANHA



**COOPERATIVISMO
EM ISRAEL**



MARINALEDA, ESPANHA



HUAXI, CHINA



**COOPERATIVISMO
NOS EUA**



**COOPERATIVISMO
EM CUBA**

QUANTITATIVOS DO COOPERATIVISMO NO BRASIL



4.421 cooperativas
registradas



Apenas **0,47%**
dos
trabalhadores
brasileiros são
cooperados

Média Mundial de
trabalhadores
cooperados



10%

(Anuário do Cooperativismo brasileiro, 2021)

EMPRESAS RECUPERADAS POR TRABALHADORES — ERTs

NO BRASIL

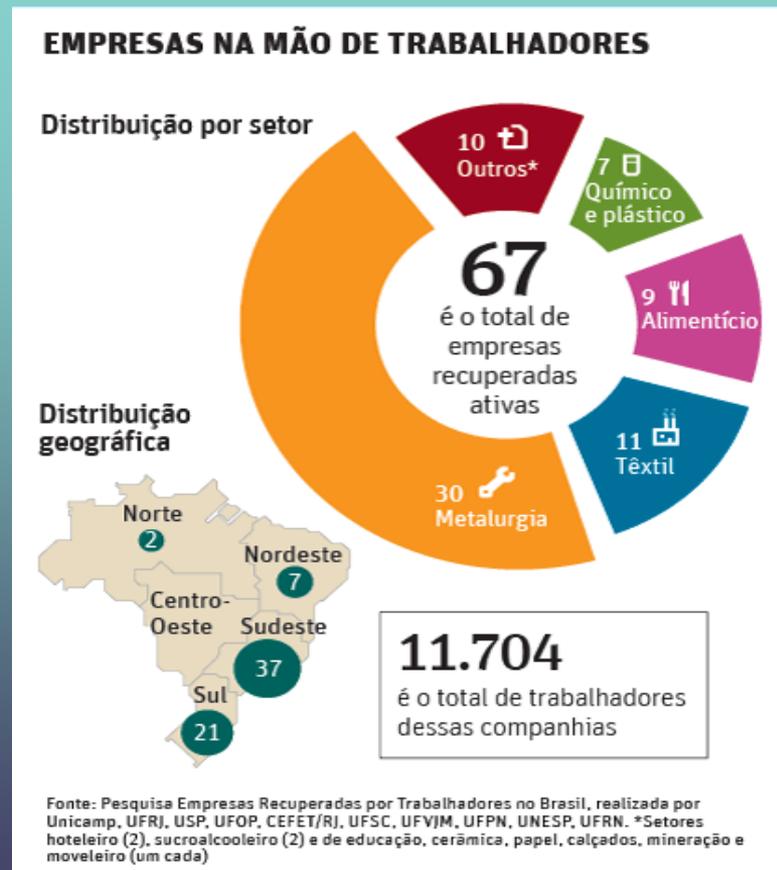


ERTs são empreendimentos recuperados em prol de dívidas trabalhistas, nos quais, após a cessão da estrutura aos trabalhadores, o trabalho é organizado de forma autogestionária, sem patrões.



Em seu estudo, Henriques et al (2013) descreveram como opera esta modalidade de empreendimento no Brasil, e observaram as seguintes características:

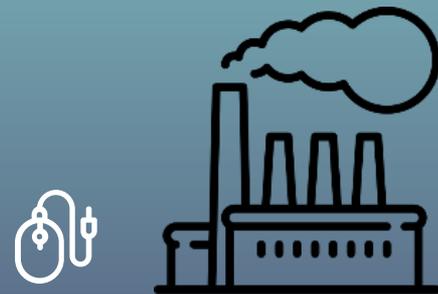
- Sentimento de motivação para o trabalho e administração do empreendimento coletivo;
- Ritmo e carga de trabalho decididos coletivamente;
- Mais aprendizagens no trabalho devido aos rodízios de funções;
- Maior ocupação de postos de trabalho por mulheres.



ERT BRASILEIRA: O EXEMPLO DA FLASKÔ

Situada na cidade de Sumaré-SP, a Flaskô é uma fábrica do ramo de transformação de plástico, que foi criada no final dos anos 1970, e que devido ao não pagamento de dívidas trabalhistas passou a ser gerida pelos trabalhadores no ano de 2002 (RIBEIRO, 2019).

Desde a tomada da gestão pelos trabalhadores ocorreram diversas mudanças na dinâmica do trabalho, cargas horárias, reajustes salariais e direcionamento dos recursos arrecadados pela fábrica para os trabalhadores.



Clique na imagem para acessar o vídeo

COOPERATIVISMO DE PLATAFORMA



Como forma de resposta às novas contradições geradas pelo aumento da flexibilização do trabalho, trazidos pelo Capitalismo de Plataforma, diversos empreendimentos têm sido organizados por meio de aplicativos digitais sob os princípios do cooperativismo

De acordo com Fuster Morrel et al. (2021), tal forma de organização do trabalho é denominada “Cooperativismo de plataforma”, a qual, de maneira geral, tem produzido melhores condições de trabalho e maior acesso à gestão democrática dos empreendimentos por parte dos trabalhadores.





EXTENSÃO ACADÊMICA



EXTENSÃO ACADÊMICA

A extensão acadêmica é uma modalidade de conhecimento que envolve uma série de atividades das instituições de EPT e das Universidades.



De acordo com Santos, Rocha e Passaglio (2016), a extensão é considerada uma atividade que promove o contato entre a comunidade acadêmica e sociedade, através de ações específicas, como cursos, programas, projetos e demais eventos.



Entretanto, Pires da Silva (2020) compreende a extensão para além deste conceito. Para o autor a extensão é um espaço de troca de saberes entre a academia e o meio social em que esta se insere, a fim de compreender as demandas sociais e produzir novos conhecimentos, voltados para tal público.

Dessa forma, a extensão pode ser considerada uma ferramenta de inserção da sociedade nas instituições de EPT e Universidades, de maneira que exerça influência sobre a produção científica e tecnológica.

O QUE PODEMOS DESTACAR DA EXTENSÃO ACADÊMICA?



A extensão é uma forma histórica de contato da comunidade acadêmica com o mundo que a cerca. Um espaço onde os sujeitos sociais mais diversos têm a possibilidade de contato com a produção científica universitária.



De acordo com Nunes e Silva (2011), esse diálogo entre universidade e sociedade é de suma importância para que o ensino e a pesquisa sejam influenciados pelas necessidades sociais, tornando a produção científica um instrumento a serviço da sociedade.



CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Metodologia de ação utilizada para cumprir a estratégia 12.7 do PNE – Plano Nacional de Educação 2014-2024:

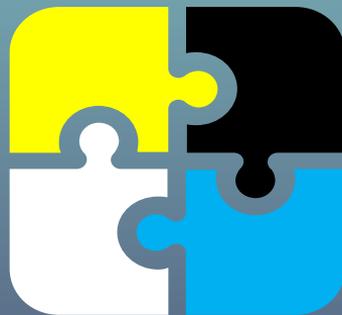
12.7) assegurar, **no mínimo, 10%** do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2014).

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A curricularização da extensão se dará através da inserção de projetos e programas de extensão nas matrizes curriculares dos cursos, sendo observada suas respectivas caracterizações nos PPCs – Projetos Pedagógicos de Curso (FORPROEXT, 2022).



COMO IMPLEMENTAR A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO?



A curricularização da extensão pode ser operada na matriz curricular de um PPC – Projeto Pedagógico de Curso das seguintes maneiras:

a) Como parte de componentes curriculares não específicos de extensão: trata-se da distribuição de horas de atividades de extensão nos componentes curriculares não específicos de extensão, previstos no PPC. Nesse caso, estamos tratando de planejar atividades de extensão como metodologia desses componentes.

6ª fase da matriz curricular do curso de Bacharelado em Engenharia Civil do IFSC-Câmpus São Carlos

MATRIZ CURRICULAR						
FASE	COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR, TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO	Carga Horária (horas)			
			Teórica	Prática	Extensão	Total
FASE	Hidrologia	Eduardo Luiz Tavares Gonçalves, Msc, DE	40	--	--	40
	Tecnologia da Construção Civil II	Evilásio Pires dos Santos, Esp, DE	60	--	--	60
	Mecânica dos Solos e Obras de Terra	Mateus Potrich Bellé, Dr, DE	60	--	--	60
	Instalações Hidrossanitárias	Israel da Silva Mota, Esp, DE	20	60	--	80
	Projeto Integrador II	Felipe Trez Rodrigues, Msc, DE / Evilásio Pires dos Santos, Esp, DE	20	--	60	80
CARGA HORÁRIA DA FASE						380

Fonte: <https://curricularizacaoadaextensao.ifsc.edu.br/files/2019/12/Eng-Civil-curricularizado-S%C3%A3o-Carlos.pdf>

b) Como componentes curriculares específicos de extensão: trata-se da criação de um ou mais componentes curriculares específicos de extensão, inseridos na estrutura da matriz curricular do curso e cuja carga horária deve ser totalmente destinada ao cumprimento de atividades de extensão pelos estudantes (FORPROEXT, 2022).

Imagem 6 - Matriz curricular do curso de Gestão de Turismo

V – ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

27. Matriz Curricular:

Fase	Componente Curricular	CH teórica	CH prática	CH EaD	CH Extensão	CH Total
1ª	Turismo e Hospitalidade	36	12	12		60
1ª	Economia do Turismo	36	12	12		60
1ª	Segmentos Turísticos	36	12	12		60
1ª	Linguagem e Comunicação	36	12	12		60
1ª	Roteiros Turísticos 1	36	12	12		60
	Carga Horária da fase	180	60	60		300
2ª	Gestão de Marketing	36	12	12		60
2ª	Gestão de Custos	48	16	16		80
2ª	Análise de Dados no Turismo	22	10	8		40
2ª	Atividades de Extensão I				60	60
2ª	Organizações Turísticas	36	12	12		60
2ª	Políticas Públicas do Turismo	22	10	8		40
	Carga Horária da fase	164	60	56	60	340
3ª	Técnicas de Pesquisa em Turismo	22	10	8		40
3ª	Enoturismo	36	12	12		60

c) Atividades de extensão: As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades



Programas



Eventos



Projetos



Prestação de serviços



Cursos e oficinas



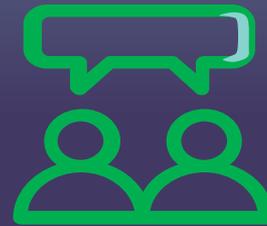
ITINERÁRIO RECOMENDADO PARA A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO



ETAPA I

SENSIBILIZAÇÃO

Debate amplo realizado com as comunidades interna e externa e realização de um processo formativo que leve à compreensão dos elementos necessários à curricularização.



ETAPA II

IMPLANTAÇÃO



Processo que dá continuidade ao trabalho de sensibilização e de formação da comunidade acadêmica, culminando na realização de atividades de extensão no âmbito do percurso formativo dos cursos ofertados pelos campi.



Tal etapa requer o mapeamento da realidade do câmpus, definição de diretrizes curriculares, experimentação, alteração dos PPCs, organização de processos administrativos para regularizar as atividades a serem curricularizadas e a definição dos processo de avaliação de tais atividades.

ETAPA III

EFETIVAÇÃO

Processo que requer estratégias indispensáveis à qualificação e à consolidação da curricularização da extensão e do seu papel na formação dos estudantes e no cumprimento da missão institucional.



COMO AFERIR A EFETIVIDADE DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS?





De acordo com Frutuoso (2020) os seguintes questionamentos são realizados para aferir a efetividade da curricularização das atividades de extensão no IFSC:

- 1) As atividades de extensão cumprem os 10% de carga horária total do curso, exigido pelo PNE 2014-2024?
- 2) Há unidade curricular específica de extensão?
- 3) Há unidade curricular **não específica** de extensão?
- 4) As atividades específicas de extensão são de projetos ou programas interdisciplinares?



- 5) As áreas de impacto das atividades são de grande relevância social? Descreva:
- 6) As atividades propostas apresentam integração entre ensino, pesquisa e extensão?
- 7) É possível denotar a relação entre as atividades de extensão propostas com o entorno que o Câmpus se insere?
- 8) É possível denotar a relação entre as atividades de extensão propostas com o entorno e o perfil dos egressos?

PROCESSO DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO (IFSC)

Verificar a eficiência das atividades;
Acompanhar a oferta;
Retroalimentar a instituição.



Parte dos componentes curriculares não específicos de extensão;
Parte de unidades curriculares específicas de extensão;
Como composição dos itens anteriores.

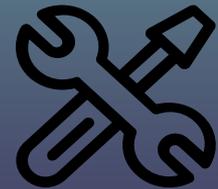
*NDEs definem (coletivo)
Atualiza o PPC;
Envia para o *CEPE.

Análise da PROEX com base nos critérios/checklist;
Parecer enviado ao CEPE;
PPC ajustado e aprovado.

*NDEs: Núcleos Docentes Estruturantes
*CEPE: Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão



POSSIBILIDADES DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO ATRAVÉS DE ATIVIDADES DE INCUBAÇÃO



O QUE É UMA INCUBADORA, OU NÚCLEO DE INCUBAÇÃO?

A Incubadora, ou Núcleo de Incubação, é o espaço institucional onde empreendimentos são assessorados e efetivados pela comunidade acadêmica, provindos de demandas das comunidades interna e externa.

Tais ações são operadas através de projetos de pesquisa, ensino e extensão

(GANDOLFI, ET AL.2009).



NÚCLEO INCUBADOR DO IFG – CÂMPUS FORMOSA

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES PARA INSERIR O COOPERATIVISMO



NOS PPCs



Exemplos de atividades de extensão, com uso da Incubadora, que podem ser inseridas nos PPCs:

- 1) Estudo de levantamento da realidade local das relações de trabalho;
- 2) Processo de Incubação / Criação de empreendimentos;
- 3) Reciclagem de empreendimentos;
- 4) Realização de oficinas, minicursos, mesas redondas e outras estratégias formativas.

ESTUDO DE LEVANTAMENTO DA REALIDADE LOCAL DAS RELAÇÕES DE TRABALHO



Compreender as relações de trabalho locais e regionais é de suma importância para a Incubadora traçar estratégias de atendimento às demandas das forças produtivas que irá atender.



Para tanto, pesquisas acerca da realidade laboral devem ser desenvolvidas com certa periodicidade a fim de abastecer a base de dados da Incubadora. Tais ações podem ser operadas por meio de atividades curriculares de pesquisa e extensão.

ESTUDO DE LEVANTAMENTO DA REALIDADE LOCAL DAS RELAÇÕES DE TRABALHO



Realizar o levantamento quantitativo e qualitativo de dados acerca da força de trabalho local e regional, assim como dos ramos de trabalho tradicionais e potenciais, junto a suas demandas específicas



Buscar na comunidade acadêmica recursos materiais e humanos a fim de suprir as demandas sociais encontradas através da primeira etapa da pesquisa

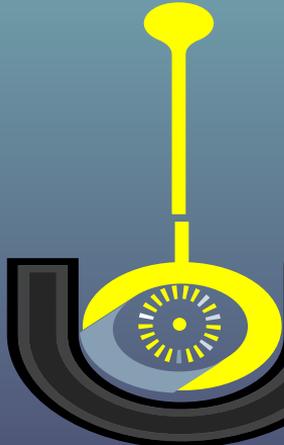


Abastecer a base de dados da Incubadora com os resultados obtidos

PROCESSO DE INCUBAÇÃO (GANDOLFI et al. 2009)

É um itinerário de criação de empreendimentos, que utiliza a assessoria de uma Incubadora ou Núcleo de Incubação, composto por 3 etapas:

Pré-incubação



Capacitação dos trabalhadores acerca do modelo autogestionário, princípios da Economia Solidária, direito e deveres, assim como levantamento de suas demandas.

Incubação



Período em que é ofertada a formação para planejamento de ações que visam atingir as metas do grupo, recursos necessários e formas de partir do plano para a ação.

Pós-incubação



Início do desligamento do empreendimento com a Incubadora. Desenvolvimento da autonomia do empreendimento.

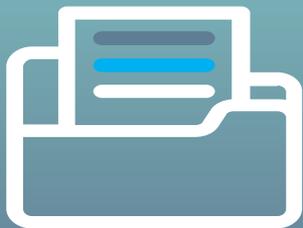
RECICLAGEM DE EMPREENDIMENTOS

Diversos empreendimentos de Economia Solidária, seja por falta de acesso à informação ou dificuldades de obter recursos, operam de maneira desatualizada, produzindo aquém de sua capacidade.

Por vezes, uma Incubadora pode fornecer a assistência necessária a fim de suprir essas demandas, o que pode ser efetuado através de ações de extensão, que forneçam a capacidade técnica necessária aos trabalhadores, conforme relata Guerra (2008).



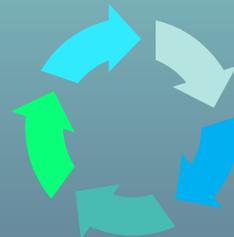
RECICLAGEM DE EMPREENDIMENTOS



Abertura de editais de capacitação voltada para empreendimentos Autogestionários de Economia Solidária já atuantes na região.



Análise das condições produtivas e possibilidades de cada um dos empreendimentos selecionados.



Realização do processo de Incubação, de acordo com as demandas de cada empreendimento.

REALIZAÇÃO DE OFICINAS, MINICURSOS, MESAS REDONDAS E OUTRAS ESTRATÉGIAS FORMATIVAS

Para fomentar a **Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e Economia Solidária** no ambiente acadêmico, a Incubadora, junto às coordenações de cursos, podem fornecer atividades formativas à comunidade interna e externa.

Tais ações, ao serem inseridas nos PPCs dos cursos, podem ser realizadas de forma curricularizada, através de atividades de extensão.



REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **A corrosão do trabalho e a precarização estrutural**. 1. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo, **Contracampo**, v. 39, n. 01, p. 27–43, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38901/pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. . Brasília, 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001**. Brasília, 2001.

CES/CNE. **Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018**. Ministério da Educação, Brasília.

CIAVATTA, M. "Trabalho como princípio educativo". In: PEREIRA, I. B., LIMA, J. C. F. (Org.), **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**, Rio de Janeiro, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009.

COSTA, L. de S. O cooperativismo: uma reflexão teórica, **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 6, n. 11, p. 55–64, 2000. DOI: 10.48075/revistacsp.v6i11.1500. Disponível em: <<https://saber.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/1500>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

DE DECCA, E. **O nascimento das fábricas**. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

FERLA, G. B.; ANDRADE, R. B. A Transição Do Feudalismo Para o Capitalismo, **Synergismus scyentifica UTFPR**, v. 2, n. 1, p. 3–5, 2007. <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/article/view/240/24>>. Acesso em: 27 ago. 2012.

FIGUEIRA, R. R. Por que o trabalho escravo?. Estudos avançados, v. 14, p. 31-50, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142000000100003>>. Acesso em: 19 set. 2022.

FORPROEXT. **Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** BRASIL, 2022.

FRUTUOSO, T. de P. **O Processo de Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Santa Catarina — IFSC.** 2020. 165 f. IFSC, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1643>>. Acesso em: 02 set. 2022.

GAIGER, L.; BESSON, M; LARA, F; SOMMER, I. A Economia Solidária no RS: viabilidade e perspectivas, **Cadernos CEDOPE**, v. 15, p. 1–61, 1999.

GANDOLFI, P. E.; MUÑOZ PALAFOX, G. H.; MARTINS, H.; BRITTO, M. F.; CAIXETA, M. R. Empreendimentos solidários como alternativa para a geração de trabalho e renda: a experiência da INES/UFU. **Revista Em Extensão**, v. 8, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20440>>. Acesso em: 20 set. 2022.

GUERRA, A. C. **Incubadoras Tecnológicas De Cooperativas Populares : Uma Análise Comparativa De Cooperativas Populares : Uma.** 2008. 106 f. Universidade Federal de Lavras, 2008. Disponível em: http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/1996/1/DISSERTAÇÃO_Gestão das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.pdf. Acesso em: 21 ago. 2021.

HARARI, Y. N. **Sapiens: Uma breve história da humanidade.** 4º ed. Rio Grande do Sul, Editora L&PM, 2014. IFSC. Resolução nº 35. 2015. Disponível em: <http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao35_2015_diretrizes_extens%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 12 de ago. 2022.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V.; IMPERATORE, J. L. R. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? 2015. **Anais [...]** Mar del Plata - Argentina, 2015. Disponível em: isbn: 978-85-68618-01-1. Acesso em: 13 mai. 2022.

MARX, K. **O Capital I: crítica da economia política. O processo de produção do capital.** São Paulo, Editorial, Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo, Editora Moraes, 1984.

FUSTER MORELL, M; ESPELT, R; RENAU CANO, M. Cooperativismo de plataforma: Análisis de las cualidades democráticas del cooperativismo como alternativa económica en entornos digitales. CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa, n. 102, 2021. Disponível em: <<https://ojs3.uv.es/index.php/ciriecespana/article/view/18429>>. Acesso em: 24 out. 2022.

PIRES DA SILVA, W. Extensão universitária: Um conceito em Construção, **Revista Extensão & Sociedade**, v. 11, n. 2 SE-Artigos, 10 nov. 2020. DOI: 10.21680/2178-6054.2020v11n2ID22491. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/22491>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

RIBEIRO, J. Movimento das Fábricas Ocupadas: um estudo de caso sobre a fábrica Flaskô. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/234844>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SANTOS, J.; ROCHA, B.; PASSAGLIO, K. Extensão universitária e formação no ensino superior, **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1 SE-Artigos, 28 maio 2016. DOI: 10.36661/2358-0399.2016v7i1.3087. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087>>. Acesso em: 20 set. 2022.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos, *Revista Brasileira de Educacao*, v. 12, n. 34, p. 152–165, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>>. Acesso em: 19 set. 2022.

SINGER, P. **A economia solidaria como ato pedagógico.** Brasília, Brasil, INEP, 2004.

SINGER, P. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo, Contexto, 2003.

CONTATO



rafaelfrois@gmail.com



[@r.frois](https://www.instagram.com/r.frois)



<https://rafaelfrois3.wixsite.com/website>